

II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PIRACICABA – SÃO PAULO/BRASIL

20 de junho de 2015

RELATÓRIO FINAL

Piracicaba

2015



Conselho Municipal de
Segurança Alimentar e Nutricional

Conselho Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional - COMSEA
Município de Piracicaba - SP

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Piracicaba -
COMSEA/ Piracicaba

Presidente

Pedro Eugênio Adamo

Vice-presidente

Francisco Ernesto Guastalli

Secretária Executiva

Carla Maria Vieira

Assessoria Técnica

Nome (tem isso no Comsea-Pira?)

APRESENTAÇÃO

A II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 20 de junho de 2015, no Armazém da Cultura, em Piracicaba/SP, contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas, dentre elas membros da sociedade civil e representantes do governo.

Esta Conferência teve como objetivo ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Seguiu orientações do documento base disponibilizado pelo CONSEA para sua realização.

O empenho, a dedicação e a participação de todos envolvidos nesta conferência foi de vital importância para a realização deste trabalho e para a formulação do resultado até aqui encontrado.

Com o fortalecimento de espaços como este, de participação popular, onde se dá voz aos atores diretamente envolvidos e afetados pela temática tratada, poderemos avançar e melhorar as questões de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Piracicaba.

COMSEA/Piracicaba

INTRODUÇÃO

O objetivo da conferência municipal não é somente dar o primeiro passo para a implantação do SISAN no município. O COMSEA se propôs em pautar e re-dinamizar a questão da segurança alimentar e nutricional em Piracicaba, buscando maior articulação entre as diferentes ações do governo e da sociedade civil. De fato, existem muitas iniciativas bem consolidadas no município, porém, falta integração entre elas para configurar uma política de segurança alimentar intersetorial.

A programação foi construída para que a conferência seja a mais participativa possível, no intuito de ouvir o que cada um tinha a dizer. Sabemos que a participação cidadã se constrói a longo prazo e buscaremos dar continuidade à discussão sobre SAN em outros espaços, promovendo o diálogo entre os atores.

Durante a conferência, optamos por privilegiar discussões em grupos menores. Foram articuladas em três momentos: um diagnóstico (resgate das iniciativas e um melhor entendimento do seu funcionamento e quais atores estão à frente); uma chuva de idéias para fortalecer os avanços e superar os obstáculos; e por fim, pistas de ação para pôr em prática as idéias identificadas.

Para que as discussões em grupos fossem as mais proveitosas possíveis, a palestra de introdução teve uma importância estratégica para orientar, inspirar e entusiasmar os participantes. O objetivo era contextualizar a conferência (porque está sendo organizada? porque é importante?), mas também explicar as noções usadas nas diretrizes do CONSEA nacional, que podem ser um pouco nebulosas para os participantes que não estavam interessados do assunto. O que é a segurança alimentar, comida de verdade, direito humano à alimentação saudável, soberania alimentar?

Depois das rodadas de conversas em grupos, as propostas foram sistematizadas e apresentadas para serem votadas pela plenária. Apresentamos estas diretrizes no final do presente documento. O foco foi, em grande medida, enraizar as discussões no contexto local da Segurança Alimentar e Nutricional em Piracicaba, e por isso as propostas concernem principalmente o âmbito municipal.

DA CONFERÊNCIA:

Data e local

A Conferência realizou-se no 20 de junho de 2015, no Armazém da Cultura “Maria Dirce Carmago”, situado na avenida Dr. Paulo de Moraes, 1682, no bairro da Paulista, em Piracicaba, São Paulo, Brasil.

Tema

Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar.

Objetivo Geral

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Municipal e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo Específico

Identificar os avanços e obstáculos para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e apresentar proposições para garantir, a todos e todas, comida de verdade no campo e na cidade, no município de Piracicaba.

Eixos temáticos

- Diagnóstico da situação da segurança alimentar no município: Quais são as iniciativas existentes, os avanços e os obstáculos?
- Chuva de idéias: Como fortalecer os avanços, superar os obstáculos e inovar?
- Caminhos a serem trilhados: O que é necessário para chegarmos onde queremos?

Grupos de trabalho

Parte das atividades da conferência foram realizadas grupos de trabalho. Foram dois grupos, que discutiram os três temas dos eixos apresentados, em três momentos diferentes, de acordo com a programação.

Cada grupo de trabalho contou com uma facilitadora e uma relatora. A facilitadora, orientada por perguntas pré-definidas, facilitou o diálogo entre os integrantes do grupo. A relatora, registrou as discussões e anotou as propostas que emergiram no grupo. As propostas foram validadas pelo grupo e apresentadas na plenária final para votação por todos participantes.

Comissão organizadora

Subcomissões e quem integrou cada uma

Participantes

Se conseguirmos mapear com mais informações quem foram os participantes (sociedade civil, governo, homens, mulheres, etc) pode ser interessante.

PROPOSTAS APROVADAS

As propostas que surgiram nos grupos de trabalho foram agrupadas e organizadas em seis grandes temáticas:

1. Produção de alimentos no espaço urbano;
2. O alimento na escola;
3. Hábitos de consumo e educação alimentar;
4. Abastecimento e comercialização;
5. Agricultura e meio rural;
6. Luta contra o desperdício de alimentos.

Para cada proposta, procurou-se mapear os atores e redes de atores que poderiam ser mobilizados para efetivar estas diretrizes.

1. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ESPAÇO URBANO

1.1. Hortas urbanas

Estima-se hoje a aproximadamente 70 hortas urbanas situadas no perímetro urbano de Piracicaba.

Propostas:

- a. Fornecer mais assistência técnica para as hortas urbanas, mobilizando as diferentes instituições atuantes na área.
Instituições que podemos mobilizar: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMA, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada - CATI, Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiróz" - ESALQ e Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.
- b. Organizar um encontro mobilizado pelas Universidades presentes no município e pelo poder público para ouvir os agricultores sobre suas demandas e expectativas.
Instituições que podemos mobilizar: ESALQ, UNIMEP e SEMA.
- c. Realizar um mapeamento das hortas urbanas presentes nos diferentes bairros do município e divulgar o mapa nos canais de comunicação da prefeitura, de forma semelhante ao que é feito para a rede de Varejões Municipais.
- d. Manter os incentivos fiscais que favorecem a ocupação de terrenos por hortas (De acordo com a Lei 3985/95, de 1º de novembro de 1995, o IPTU e a Taxa de Limpeza Urbana poderão ser reduzidos em 50% quando se tratar de terreno que comprovadamente seja utilizado, em no mínimo 2/3 de sua área total no cultivo de hortas).
- e. Em paralelo com um acompanhamento técnico, melhorar a fiscalização sobre as boas práticas agrícolas e ambientais, acionando em particular a vigilância sanitária e a CETESB. Poderia levar à criação de um selo, certificado na horta urbana.
Instituições que podemos mobilizar: Vigilância Sanitária, CETESB e outros

- f. Melhorar a questão da posse da terra, pois a ocupação dos terrenos por hortas pode ser colocada em perigo pela especulação imobiliária. Os incentivos por enquanto só beneficiam o proprietário. Nos casos em que o horticultor arrenda a terra ele não se beneficia de proteção específica em caso de mudança de tipo de ocupação do terreno. Instituições que podemos mobilizar: Foi sugerido mobilizar vereadores atuantes para articular a adaptação da lei que rege as hortas urbanas.

1.2. Plano diretor – zoneamento urbano

Proposta:

- a. Valorizar e garantir a ocupação do espaço municipal por áreas de produção de alimentos, não só por hortas urbanas como por hortas peri-urbanas no cinturão verde da cidade. A questão da produção de alimentos poderia ser pautada nas discussões sobre plano diretor e zoneamento urbano nos outros conselhos que tratam do tema (Conselho da Cidade por exemplo) ou ainda no Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - IPPLAP.
Instituições que podemos mobilizar: Conselho da Cidade, IPPLAP e outros.

2. O ALIMENTO NA ESCOLA

2.2. Atividades lúdicas de educação alimentar e nutricional

Proposta:

- a. Ampliar o público de atividades lúdicas de educação alimentar e nutricional já realizadas pela Coordenadoria de Programas de Alimentação e Nutrição - CPAN e a UNIMEP no ensino médio público do município. Buscar atender o ensino fundamental e os programadas de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Envolver também as escolas particulares para desenvolverem atividades deste tipo.
Instituições que podemos mobilizar: CPAN, UNIMEP e escolas públicas e particulares do município.

2.3. Cantinas nas escolas

Proposta:

- a. Implantar uma lei municipal de regulamentação dos alimentos comercializados nas escolas públicas e privadas. Embora atividades de educação alimentar sejam ou possam ser realizadas, alimentos inadequados são oferecidos sem restrições dentro das dependências da escola dificultando a atuação na educação alimentar.

3. HÁBITOS DE CONSUMO e EDUCAÇÃO ALIMENTAR

3.1. Chefes na feira

Proposta:

- a. Retomar o programa de “chefes na feira” no qual alunos e profissionais de cursos de gastronomia realizavam atividades nos Varejões Municipais, valorizando os produtos ali comercializados.

3.2. Alimentação e atividade física

Proposta:

- a. Promover atividades educativas de alimentação como prática saudável e atividade física, otimizando a utilização dos espaços do varejão (estrutura física), para protagonismo e envolvimento da comunidade local.
Instituições que podemos mobilizar: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o COMSEA, Unidades de Saúde da Família e Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM.

3.3. Consumo local de alimentos

Proposta:

- a. Fomentar uma campanha permanente de incentivo ao consumo de alimentos de produção local, respeitando a sazonalidade, com o intuito de aproximar o produtor e o consumidor.
Instituições que podemos mobilizar: COMSEA e suas entidades componentes.

4. ABASTECIMENTO e COMERCIALIZAÇÃO

4.1. Grupos de Consumo Responsável

Proposta:

- a. Fortalecer as parcerias entre Grupos de consumo responsável existentes (Rede Guandu, Direto da Roça) e outras organizações da sociedade civil para aumentar o número de núcleos de distribuição.

4.2. Varejões municipais e feiras livres

Propostas:

- a. Ampliar os horários de funcionamento dos varejões municipais, eventualmente para um funcionamento noturno, porém levando em conta as demandas e possibilidades tanto da comunidade e quanto dos agricultores.
- b. Desenvolver ferramentas visuais para identificar e diferenciar produtores agrícolas e comerciantes nos varejões municipais.
- c. Dar maior destaque aos produtores orgânicos, priorizando-os nos varejões municipais.
- d. Informar aos produtores a possibilidade de oferta de produtos minimamente processados para aumentar o valor agregado e garantir praticidade, porém, levando em conta a geração de resíduos e a sustentabilidade ambiental.

Instituições que podemos mobilizar para as 4 propostas citadas acima: SEMA, serviço de Comunicação social da prefeitura, ESALQ, Casa do Produtor Rural e CATI.

4.3. Rastreabilidade

Propostas:

- a. Expandir a rastreabilidade dos alimentos, visando melhorar a informação para os consumidores quanto à origem, os modos de produção e o uso de agrotóxicos.
- b. Realizar levantamentos mais freqüentes e locais dos níveis de agrotóxicos presentes nos alimentos, divulgando corretamente os resultados para o público.
- c. Desenvolver um selo de origem regional (do aglomerado urbano de Piracicaba por exemplo).

5. AGRICULTURA e MEIO RURAL

5.1. Reconhecimento da profissão do agricultor

Para melhorar a soberania alimentar, avaliamos que o agricultor precisa ser mais valorizado e reconhecido enquanto profissional competente que desempenha funções essenciais para a sociedade.

Proposta:

- a. Realizar um levantamento de escolas agrícolas da região
- b. Ampliar a oferta de cursos técnicos para agricultores

5.2. Uso de agrotóxicos

Proposta:

- a. Apoiar campanhas contra o uso de agrotóxicos
- b. Conscientizar e atuar sobre a questão da segurança dos agricultores enquanto profissão frente aos riscos do manuseio frequente de agrotóxicos.

5.3. Acesso ao fundiário

Proposta:

- a. Melhorar o acesso ao fundiário, ampliando, por exemplo, o programa “Nossa primeira terra” que facilita a compra de terra para jovens agricultores.

5.4. Agricultura orgânica

Proposta:

- a. Disponibilizar subsídios aos agricultores orgânicos do município

6. LUTA CONTRA O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Proposta:

- a. Fortalecer o Banco de alimentos de hortaliças da CEAGESP para poder escoar os excedentes da CEAGESP e beneficiar ainda mais instituições no município.
- b. Organizar um curso de boas práticas junto às instituições que não participam do Mesa Brasil (pois o programa Mesa Brasil já oferece treinamentos para as instituições que atende – mas a idéia seria ampliar estas formações para as outras entidades).